



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ATA N.º 29

MANDATO 2021/2025

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, no Fórum Cultural de Ermesinde, realizou-se uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Valongo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 – Eleição para Secretário Metropolitano, Orlando Jorge Vieira da Silva Leal, candidato a novo membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto; -----

2– Intervenção do público. -----

ORDEM DO DIA -----

1 – Discutir e votar propostas da câmara municipal sobre: -----

1.1 – Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano 2025; -----

1.2 - Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável de 2024, a cobrar no ano 2025; -----

1.3 - Participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano 2025; -----

1.4 - Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), referentes a 2025, a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos; -----

1.5 - Conselho Municipal de Saúde de Valongo – proposta de composição e instalação (regimento); -----

1.6 - 4ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2024; -----

1.7 - Plano Municipal de Juventude de Valongo: aprovação. -----

Estavam presentes trinta e um elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara José Manuel Ribeiro, os/as senhores/as vereadores/as Ana Maria Martins Rodrigues, Miguel Jorge Mendes Teixeira, Ivo Vale das Neves, Orlando Gaspar Rodrigues, Verónica Maria Silva Loureiro, Maria Manuela da Silva Moreira Duarte, Paulo Jorge Esteves Ferreira e Maria Manuela Moreira da Rocha. -----

Verificou-se a substituição, ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Carla Cristina Queirós Ferreira Marques, Daniel Filipe Alves Felgueiras, José António Ribeiro e Luís Miguel Pereira Caetano tendo sido substituídos, respetivamente, por Pedro Miguel Fernandes Teixeira, André Diogo Pereira Teixeira, Rui Fernando Marques da Silva e Paula Alexandra Ferreira das Neves. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu início à reunião. -----

A Primeira Secretária da Assembleia, **Cátia Sofia Andrade Gonçalves Lima**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação, por escrutínio secreto, o ponto 1 – Eleição para Secretário Metropolitano, Orlando Jorge Vieira da Silva Leal, candidato a novo membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto, tendo sido **aprovado por maioria** com 14 votos a favor, 3 votos contra e 9 votos em branco. O deputado Mário Rui Oliveira Monteiro do CDS não votou por ainda não ter chegado -----

De seguida concedeu a palavra aos munícipes que pretendessem intervir, não se tendo verificado intervenções colocou à discussão o ponto 1.1 – Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano 2025; -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Catarina Maria Moreira das Neves Lobo**, disse que o Grupo Municipal do PS falaria posteriormente sobre os quatro pontos relacionados com os impostos. -----

Não havendo mais intervenções dos deputados municipais sobre este ponto, o presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 1.1 – Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano 2025, tendo sido **aprovado por maioria**, com a seguinte votação: -----

Favor: 22 votos a favor, sendo: 14 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal do CDU, 1 voto do Grupo Municipal do BE, 1 voto do Grupo Municipal do PAN, 1 voto do Grupo Municipal Nós Cidadãos e 4 votos dos Presidentes da Junta de Freguesia. -----

Contra: 6 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD. -----

Abstenção: 2 abstenções, sendo: 1 abstenção do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, fez a seguinte **Declaração de Voto:** -----

A taxa que está neste momento em debate não onera os valonguenses, mas sim as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas, ou seja, multinacionais com lucros elevados. -----

Para além disso, estas empresas não podem refletir nos valores cobrados aos clientes o valor da taxa, o que significa que os valores cobrados não dependem da taxa que hoje aqui decidirmos, nem irá variar de concelho. -----

Por esse motivo, votaram favoravelmente a proposta da Câmara Municipal. -----

O Membro do Grupo Municipal Nós Cidadãos, **João Carlos Santos Castro Paupério**, fez a seguinte **Declaração de Voto:** -----

Votaram favoravelmente esta taxa, e ao contrário do que a Membro Sónia disse, não é verdade, neste momento há uma investigação e uma grande pressão sobre essas empresas para devolverem o dinheiro que abusivamente incluíram nas faturas pagas pelos munícipes, gostava que dentro do possível que a Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

pudesse seguir esse processo, porque todos os valonguenses pagam uma taxa que por lei não é devida, mas sim a essas empresas. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 1.2 - Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável de 2024, a cobrar no ano 2025. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rui Alexandre Sévola Abreu**, disse que a manutenção da 1,5% da derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento coletivos das pessoas coletivas e das empresas com um volume de negócios superior a 150 mil euros, a manutenção da taxa reduzida de 1% para sujeitos passivos com volumes de negócios até 150 mil euros, terá um impacto negativo no crescimento económico do concelho. -----

Tendo em conta o tecido empresarial do município, composto essencialmente por pequenas e médias empresas tinham em 2022, 9.833 empresas com menos de 10 trabalhadores e apenas 30 com 250 ou mais trabalhadores. Olhando para as 4 maiores empresas do concelho concentram em si 20% do valor do volume de negócios gerado no concelho pelo conjunto de empresas, facilmente se percebe a desigualdade que esta medida vai gerar, isto é 1% do rendimento de entidades com um volume de negócios inferior a 150 mil euros tem um peso muito maior na saúde financeira da mesma, do que terá 1,5% nas empresas de maior dimensão. -----

Compreendem que é necessário gerar receita através de todos os meios possíveis, está próxima a data de se iniciar o pagamento de créditos contraídos e respetivos juros face aos investimentos megalómanos no concelho, não podem deixar de esquecer que para além dos investimentos a ser efetuados deve-se ter em consideração que dependendo da sua natureza têm de ser dotados de equipamentos e pessoal necessário ao seu funcionamento, bem como assegurar a sua manutenção, que serão despesas permanentes com peso no orçamento municipal ao longo dos anos seguintes. -----

Uma boa parte da receita arrecadada pelo município é usada para cobrir o despesismo em vez de ser aplicada em áreas que reflitam as necessidades da população, reforçam a urgência de que a Câmara analise a realidade do concelho e administre os recursos públicos de forma ponderada e responsável, trazendo benefícios reais para os munícipes. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que na atual Lei das Finanças Locais, a derrama constitui uma forma de financiamento próprio dos municípios que incide sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas. -----

A sua fixação é opcional, sendo que as taxas aplicáveis variam de município para município, podendo atingir um máximo de 1,5%. No entanto, os municípios podem aplicar uma taxa reduzida aos sujeitos passivos com um volume de negócios inferior a 150 mil euros, e até mesmo isentar em determinadas condições. -----

Em 2017, foi aprovada uma taxa que diferenciava positivamente as pequenas empresas, logo após o PS ter obtido a maioria absoluta abandonou essa diferenciação positiva, o que levou a CDU a votar contra as propostas subsequentes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Para 2022, o PS voltou a propor essa diferenciação, o que levou ao voto favorável da CDU. Assim, mantendo a nossa posição iremos votar favoravelmente a proposta apresentada. -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse que à semelhança dos anos anteriores o executivo municipal mantém a proposta da derrama de 1,5% sobre lucros acima de 150 mil euros e 1% sobre lucros até 150 mil euros, mais uma vez a proposta defendida pelo BE de isentar empresas que se tenham estabelecido no município nos últimos 2 anos desde que tenham criado mais de 5 postos de trabalho permanentes, e desenvolvam atividades que contribuem para a descarbonização da economia, cativando desta forma um tecido empresarial sustentável e com forte sentido de responsabilidade empresarial atribuído uma sustentabilidade económica social, não foi atendida pelo PS. -----

Assim, reafirmam que concordam com a taxa de lucro, pois não coloca a viabilidade da atividade das empresas não votam favoravelmente por entenderem que a derrama deveria, também, ser um fator de discriminação positiva a quem se propõe investir no município de forma a salvaguardar a natureza e postos de trabalho não precários, por essa razão irão abater-se. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Hugo Jorge da Rocha Padilha**, disse que se trata de um imposto que incide sobre o lucro das empresas, e é importante perceber que o dinheiro cobrado é redistribuído pelo programa ASA, o Tok'A Mexer, investimentos nas escolas, se o PSD considera isso despesismo deve dizê-lo, mas não contribui com uma única solução alternativa. -----

Diz que é despesismo, mas não elencou, sobe onde querem chegar, em concelhos limítrofes, alguns do PSD, o investimento é feito da mesma forma, a não ser que o PSD ache que o que a Trofa fez foi despesismo, se comparar as contas dos investimentos de que o PSD fala a Trofa gastou mais do que Valongo, ou vai gastar mais. -----

Olhando aos seniores, olhando à área social, o programa de emergência social, Valongo investe apoiando os Bombeiros, apoiando as escolas, se o PSD considera que investir na educação, investir nas escolas, investir na formação, investir os jovens é mau, digam-no, porque é esta panóplia de investimentos que andam a fazer há quase 12 anos. -----

O PSD fala, mas não concretiza, o PS concretizou ao longo de 11 anos e vai continuar a fazer esses investimentos. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rui Alexandre Sévola Abreu**, disse que a Câmara da Trofa custou 9 milhões de euros, a Casa da Democracia Local vai custar 30 milhões de euros. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que estão a fazer uma obra importante, que foi referida, mas não tem o valor que o Membro Rui Abreu disse, há 4 anos, na última Campanha eleitoral, o único tema de que o PSD falou foi a Casa da Democracia Local. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Relativamente à Casa da Democracia Local a única Câmara com quem podem comparar é a da Trofa, daquilo que sabe no final quando compararem quanto custou cada uma, em termos de metro quadrado, o custo da casa da Democracia Local é inferior. -----

Quanto ao financiamento comunitário, há partes da obra que vai ser financiada, só no final poderão fazer contas. -----

Devem-se concentrar nos desafios importantes da comunidade de forma a resolver os problemas rapidamente e para isso é necessário cobrar impostos, têm o programa ASA para os seniores já com cerca de 1500 seniores a frequentar com um custo de meio milhão de euros para a Câmara, compraram as antigas instalações das Finanças de Ermesinde onde vão ter um centro de combate à solidão. -----

Podem discutir se gostam ou não das iniciativas culturais, há uns anos o PSD fez uma guerra devido ao investimento que foi feito na árvore de Natal, em Ermesinde, por ano gastam 170 mil euros, há câmaras que gastaram 300/400 mil euros, mas, hoje, a cidade de Ermesinde é atrativa, Valongo está linda e atrativa, alargaram a iluminação para dois meses de forma a atrair e beneficiar o comércio, para as pessoas saírem de casa, combater a solidão. -----

A derrama é um imposto que é pago sobre o lucro, só paga quem tem lucro, a TMDP não pode ser cobrado aos cidadãos se isso não acontece é porque o estado Central falha. -----

Agora, têm de ter consciência que sem recursos, baixar os impostos vão ter de cortar em alguma coisa, ao salário dos funcionários não podem cortar, teriam de cortar nos programas culturais, nas respostas sociais, no apoio ao insucesso escolar, programas dos quais quem beneficia são as famílias. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que a Câmara deveria fazer investimentos que não faz, faz investimentos com os quais a CDU não concorda, mas são as opções do PS. -----

Disse de seguida que as intervenções se deveriam cingir ao assunto que está em discussão e não falarem de outros assuntos que não estão em discussão. -----

O Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Mário Rui Oliveira Monteiro**, disse que não são as empresas que pagam os impostos, quem paga os impostos são os consumidores finais, qualquer imposto, qualquer taxa, as empresas vão refletir nos produtos, ou seja no final quem vai pagar são os consumidores finais, as empresas não são pagadoras de impostos, são o veículo de cobrança de impostos. -----

Devem ter atenção porque a competitividade das empresas do concelho, do país, é afetada pelas medidas que tomam, acham que estão a cobrar impostos sobre os lucros das empresas, mas na realidade estão a cobrar impostos às pessoas e estão a afetar a competitividade das empresas, quem compete são as empresas, não só no concelho como no país. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 1.2 - Lançamento de Derrama sobre o lucro tributável de 2024, a cobrar no ano 2025, tendo sido **aprovado por maioria**, com a seguinte votação: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Favor: 20 votos s favor, sendo: 14 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Grupo Municipal Nós Cidadãos e 4 votos dos Presidentes da Juntas de Freguesia. -----

Contra: 10 votos contra, sendo; 6 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 votos dos Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Grupo Municipal do CHEGA e 1 voto do Grupo Municipal do PAN. -----

Abstenção: 1 abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

O Membro do Grupo Municipal do PAN, **Vítor Fernando Parati Matos Ribeiro**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

Quando se faz sempre o mesmo não se pode esperar resultados diferentes, esta é uma lição a retirar do investimento privado existente no município de Valongo e das ações do executivo que não leva avante para que o investimento aumente, no caso específico em questão a proposta é a mesma todos os anos. -----

Como todos sabemos a taxa de derrama pode servir para atrair determinadas empresas para o município ou apoiar determinados ramos de atividade económica, na perspetiva do PAN a diferenciação do ramo de atividade deve acontecer em dois sentidos, atividades poluentes não devem ter isenções, nas atividades que potenciem inovação e desenvolvimento criadores de emprego verdes e com boas políticas para os trabalhadores devem ser devidamente reforçados através de uma taxa menor ou isenção da derrama. -----

A Lei n.º 73/2013 refere que as isenções ou taxas reduzidas atendam aos critérios de volume de negócios, setor de atividade e criação de emprego, ora este executivo leva apenas em conta a distinção do volume de negócio no valor de 150 mil euros, ignorando outros critérios nem sequer as boas práticas dos municípios vizinhos são contemplados. -----

Conforme proposto ao executivo no momento de discussão de orçamento defendemos pelo menos a criação de nível de três taxas de derrama, segundo o volume de negócios das empresas para dar um claro sinal de apoio aos negócios mais pequenos que conseguem lutar contra tudo e todos para terem lucro, uma proposta que foi ouvida, mas não foi escutada, nesse sentido o nosso voto foi contra. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 1.3 - Participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano 2025. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rui Alexandre Sévola Abreu**, disse que manutenção da participação variável no IRS nos cofres do município são de extrema relevância para toda a população residente em Valongo. -----

Embora esta medida á primeira vista possa parecer benéfica, para o município é crucial reconhecer as implicações negativas para a realidade, primeiro é necessário entender que a gestão das receitas públicas é sempre priorizar o bem-estar da população. -----

Quando uma parte significativa do IRS não é devolvida aos cidadãos espera-se investimentos e melhorias tangíveis na qualidade de vida, no entanto têm observado uma aplicação das receitas em áreas que não refletem as reais necessidades da população, como a despesa associada à nossa Casa da Democracia Local.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Concordam com os programas que foram falados, não concordam com a obra monumental que consome recursos valiosos que poderiam ser utilizados na educação, saúde, arruamentos, limpeza e segurança, essas sim são áreas prioritárias na vida dos munícipes. -----

Não dizem que a Casa da Democracia Local não seja necessária, não concordam com os valores envolvidos que irão endividar a Câmara por muitos anos. -----

Precisam que a Câmara olhe com qualidade e responsabilidade na administração dos recursos públicos de maneira que traga benefícios diretos e palpáveis para todos os munícipes. -----

Mais uma vez o município de Valongo perde a oportunidade de estar verdadeiramente ao lado dos valonguenses aliviando a pressão fiscal. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre**, disse que relativamente à intervenção do PSD há uma contradição que é, nós queremos impostos, mas não queremos impostos e se queremos impostos vamos para outro lado. -----

Questionou se têm alguma coisa contra a Casa da Democracia Local, se não querem a Casa da Democracia Local, se querem que a Assembleia Municipal, os utilizadores, os valonguenses continuem a ter dificuldade ao acesso do serviço da Câmara. -----

Gostava de ouvir dizer que os impostos não são para aqui, são para acolá, onde querem investir os impostos, as sociedades não podem funcionar sem impostos, onde querem que sejam utilizados os impostos. -----

Como foi explicado, os impostos são utilizados na ação social, no desporto, na cultura, em tudo o que tenha a ver com o interesse e bem-estar da população, é para isso que estão a governar. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rogério Henrique Palhau**, disse que muitas vezes na política os partidos pegam num pormenor, numa palavra, numa expressão, uma ideia menos conseguida na forma de transmitir e fazem disso um cavalo de batalha. -----

Todos sabem e reconhecem que os impostos têm de existir, são o fruto que a Câmara tem para poder ter dinheiro e investir, para fazer coisas, o que está em causa é a proporção, a ideia foi mal transmitida. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, fez a seguinte intervenção: -----

Antes de mais, é importante salientar que a atual legislação permite que cada município beneficie de até 5% do IRS dos seus munícipes. No entanto, esta regra tem levado a uma competição entre territórios, promovendo desigualdades em vez de contribuir para a coesão nacional. Adicionalmente, as transferências de competências do governo central para as autarquias têm causado uma verdadeira asfixia económica e financeira, reduzindo a capacidade de intervenção das autarquias e afetando negativamente as populações. Esta sobrecarga é um reflexo de um modelo de financiamento inadequado e instável, que exige uma reforma estrutural e coerente. -----

Se a taxa estipulada pelo município for inferior a 5%, a diferença reverte a favor dos munícipes. Por exemplo, um município que estipule uma taxa de 4%, devolverá aos seus munícipes 1% do IRS coletado, o que significa que para um munícipe que tenha uma coleta líquida anual de 10.640€ (com um vencimento igual ao salário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

mínimo mensal de 760€), serão devolvidos 106,40€. Este valor pode fazer a diferença para muitas famílias, especialmente num contexto económico difícil. Contudo, é necessário questionar de forma crítica como a Câmara Municipal aplicaria os valores recolhidos e quem realmente beneficiaria dessa verba. Será que a redução da taxa compromete seriamente a atividade municipal? Ou será que os munícipes, já sobrecarregados, necessitam mais deste alívio fiscal? -----

Por estas razões, a abstenção representa uma posição de equilíbrio. Reconhece-se a importância de apoiar os munícipes num momento difícil, mas sem comprometer a sustentabilidade financeira da Câmara Municipal. Mais do que tomar partido numa questão pontual, a abstenção traduz aquele que tem sido a posição da CDU na Assembleia da República, exigindo uma reforma estrutural, que promova um sistema de financiamento das autarquias mais justo, estável e transparente para todos. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que metade da população não paga impostos, as verbas da descentralização não chegam, na educação o Estado ainda não pagou a totalidade da verba da AEC, mas o que transfere anualmente é o que necessitam. -----

O fundo de emergência social é uma verba que usam para ajudar as pessoas que praticamente não pagam impostos, com a descentralização podiam ter acabado com o fundo, mas não o fizeram. -----

O dinheiro dos impostos é aplicado nas bolsas de estudo para os estudantes do ensino superior, dão 100 bolsas por ano no valor de 750 euros por pessoa, no programa ASA totalmente gratuito onde muitos seniores participam, no Tok'A Mexer com qualidade onde as famílias poupam 75 euros por semana por cada filho onde a Câmara apoia com 300 mil euros por ano, o Ler não Custa Nada com um custo de 10 mil euros por ano, no Cabaz onde a Câmara financia 50 mil euros, uma família que compre um cabaz por semana poupa cerca de 100 euros por ano. -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse que em relação ao IRS é um problema que afeta a todas, é um imposto que pagam sobre o rendimento do trabalho ou das pensões, mas é um problema nacional, porque são um país com salários baixos. -----

Em Valongo o salário médio entre 2019 e 2021 era inferior à média nacional de 100 a 120 euros mês, o que quer dizer que têm muitos trabalhadores com o salário mínimo ou um salário pouco acima do salário mínimo. ----

Se baixarem os 5% o beneficiário a ter um estorno mais avultado sobre aquilo que paga é quem mais ganha, portanto quem tem mais deve contribuir mais, se baixarem a percentagem vão beneficiar quem mais ganha. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 1.3 - Participação variável no IRS a aplicar aos rendimentos do ano 2025, tendo sido aprovado por maioria com a seguinte votação: -----

Favor: 20 votos a favor, sendo: 14 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal do BE, 1 voto do Grupo Municipal do PAN e 4 votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Contra: 9 votos contra, sendo: 6 votos do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 voto do Grupo Municipal do CHEGA. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Abstenção: 2 abstenções, sendo: 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU e 1 abstenção do Grupo Municipal Nós Cidadãos. -----

O Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

Conforme já defendido no orçamento anterior o CDS votou contra, esta intensão de voto deu-se com o facto de mais uma vez criar um esforço financeiro no município com tantas dificuldades como o de Valongo. -----

No seguimento das ideias defendidas para 2025, parece-nos um mau aproveitamento dos recursos dos Valonguenses manter esta proposta de IRS sabendo que uma redução desta taxa iria criar um desafogo económico nos valonguenses, relembro se a taxa de participação estabelecida pelos munícipes for inferior a 5% a diferença reverte a favor dos munícipes, tendo em conta a situação económica e financeira do país podemos constatar que uma grande parte dos municípios está a conceder benefícios aos contribuintes de domicílio fiscal na sua área geográfica. -----

Assim, a bancada do CDS defende uma taxa reduzida e que desta forma mantenha mais valor dentro do orçamento dos valonguenses, obrigado. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 1.4 - Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), referentes a 2025, a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Anabela Maria Freire de Sousa**, disse que a receita proveniente do IMI representa uma importante parcela do orçamento municipal. -----

Assim, importa gerir com cuidado esta matéria, uma gestão menos refletida pode colocar em causa ou, mesmo, inviabilizar a concretização de investimentos, projetos e atividades. -----

Nos últimos anos, em Valongo, a gestão desta matéria tem sido cautelosa, planeada e monitorizada, seria mais popular baixar ao mínimo cada um dos impostos, a derrama, o IRS, o IMI, mas isso seria uma medida irrefletida e de má gestão por impacto financeiro que acarretaria. -----

Todos reconhecem a importância do investimento na beneficiação de arruamentos e estruturas municipais, na execução de projetos, as iniciativas dedicadas aos idosos, às famílias, aos alunos e aos mais carenciados, sem fontes de financiamento não seria possível dar resposta na dimensão e moldes que se verifica. -----

No que concerne ao IMI o executivo municipal assumiu o compromisso de baixar, anualmente, um ponto percentual do valor do IMI a aplicar, assumiu e cumpriu. -----

O Grupo Municipal do PS congratula-se pela prudente gestão das fontes de receita do município e pela concretização compromisso assumido, pelo que votará favoravelmente a proposta. -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse que pretendia informação se estão identificados os prédios rústicos, as áreas florestais que se encontram ao abandono, o número de prédios



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

urbanos ou frações autónomas que se encontram devolutas há mais de um ano, ou prédios em ruína e quantos terrenos com viabilidade de construção em solo urbano. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rogério Henrique Palhau**, disse que é necessário dinheiro para fazer obras, ação social, estão todos de acordo. O IMI paga quem tem casa e em função do valor da casa. -----

Na proposta diz que no intuito de dar continuidade ao processo de redução da taxa em apreço de forma a atingir o percentual de 0,35, valor inferior ao praticado em 2013. -----

Não é uma questão de dinheiro, não é a questão da redistribuição, a questão é outra, a Câmara assumiu o compromisso, no início do mandato, de reduzir a taxa do IMI, mas quando o PS entrou na Câmara pela primeira vez o IMI estava na ponta de cima, depois só pode ir para baixo. -----

O que está em causa é a comparação com os anteriores, não é a questão de faltar dinheiro. -----

O Membro do Grupo Municipal Nós Cidadãos, **João Carlos Santos Castro Paupério**, disse que independentemente do IMI ser considerado o imposto mais injusto que existe no país, sempre que um português compra uma casa paga impostos, a seguir mete os projetos e paga licenças, depois contrata um engenheiro, um arquiteto e paga para fazer o projeto e paga impostos, a seguir compra os materiais e contrato uma empresa de construção e paga impostos, e continua a pagar até ao fim da vida impostos sobre a casa. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, fez a seguinte intervenção: -----

Em 2017, quando o PS obteve a maioria absoluta no concelho, o IMI em Valongo aumentou de 0,3355 para 0,409. Este aumento ocorreu apesar de o PS ter afirmado que as contas da Câmara Municipal estavam de boa saúde. Na altura, o PS não conseguiu justificar a necessidade deste aumento, motivo pelo qual a CDU votou contra. -----

Agora, no final do último mandato liderado por José Manuel Ribeiro, o PS precisa de apresentar uma nova figura como candidato, e torna-se evidente que agradar aos eleitores é uma prioridade. Caso contrário, como justificar o aumento do IMI em 2017 e a sua redução durante este mandato? -----

"Politiquices", dirá o povo. Ainda assim, apesar de compreendermos o objetivo subjacente a esta redução, não deixaremos de apoiar a medida. Por esse motivo, iremos votar favoravelmente a proposta. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que relativamente às questões colocadas pelo Membro Fernando Barbosa não sabe responder, que iria perguntar aos serviços, mas em qualquer dos casos está prevista penalização. -----

Quando foi eleito, pela primeira vez, o IMI era de 0,360, no primeiro ano reduziram para 0,355, depois solicitou à população e explicou que precisavam de aumentar o IMI para 0,409 e comprometeu-se a descer para 0,350, que foi o que aconteceu. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 1.4 - Fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), referentes a 2025, a aplicar aos valores patrimoniais tributários dos prédios urbanos, tendo sido **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 21 votos - 14 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Grupo Municipal da CDU, 1 voto do Grupo Municipal do PAN, 1 voto do Grupo Municipal Nós Cidadãos e 4 votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.

Abstenção: 10 abstenções, sendo; 6 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 abstenção do Grupo Municipal do BE e 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA. ---

De seguida colocou à discussão o ponto 1.5 - Conselho Municipal de Saúde de Valongo – proposta de composição e instalação (regimento). -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Fernando Jorge das Neves Ferreira**, fez a seguinte intervenção: -----

O novo Conselho municipal de Saúde em Valongo a ser implementado, está articulado com os três grandes eixos de Estratégia municipal de saúde 2019-2025: Integração, Acesso e Participação, e Comportamento e Estilo de Vida. -----

Trata-se de uma ferramenta inovadora, que permitirá ao Município a integração entre vários atores que intervêm na implementação das políticas de saúde de forma abrangente e sustentável. -----

No primeiro eixo - Integração é dada uma ênfase para a criação de um sistema de saúde mais coeso e coordenado com as estratégias regionais e nacionais. São exemplos de integração na Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis ou a participação no âmbito do Plano Local de Saúde. -----

É a materialização de uma ideia clara, de garantir que todos os serviços de saúde, desde os cuidados primários até aos especializados, estejam interligados, promovendo uma comunicação eficaz entre os diferentes níveis de atendimento. Além disso, hospitais e centros de saúde trabalharão em conjunto com redes de apoio social e educacional, ampliando a cobertura e a eficácia das intervenções de saúde. -----

O segundo eixo, Acesso e Participação, visa garantir que todos os cidadãos de Valongo tenham igual acesso aos serviços de saúde e possam participar ativamente nas decisões que afetam a sua saúde. São exemplos os projetos que envolvem a comunidade escolar ou a Academia Sénior, promovendo a literacia em saúde e envolvendo os diferentes parceiros. -----

Esta participação ativa é fundamental para que as estratégias de saúde sejam verdadeiramente eficazes e alinhadas com as necessidades da comunidade. -----

O terceiro eixo de Comportamentos e Estilo de Vida foca na educação e promoção de hábitos saudáveis como pilar essencial da melhoria de saúde pública. Espera-se a alteração de comportamentos e adoção de uma vida de estilo mais saudável. De entre os muitos programas já em curso desde 2020, destaca-se o Programa de Alimentação Sustentável, o Projeto Mercado, o Projeto Encontros com Memória ou as Caminhadas com o acompanhamento de profissionais de saúde. -----

Estas campanhas de consciencialização estão essencialmente voltadas para a prevenção de doenças crónicas através de mudanças no estilo de vida, envolvendo escolas, locais de trabalho e toda a comunidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O novo Conselho Municipal de Saúde de Valongo permitirá uma abordagem integrada e orientada para participação dos cidadãos, de forma inovadora, não apenas transformando a qualidade dos serviços de saúde, mas principalmente construído um futuro onde a saúde e o bem-estar seja uma realidade acessível para todos. - Este novo instrumento, que agora decorre da lei, está alinhado com a estratégia de saúde que vem sendo seguida pelo Município de Valongo, permitindo assim a continuidade das políticas públicas de saúde em curso, alargando o seu âmbito e consolidando a sua implementação. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 1.5 - Conselho Municipal de Saúde de Valongo – proposta de composição e instalação (regimento), sendo **aprovado por maioria**, com 30 votos a favor e 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 1.6 - 4ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2024, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria**, com a seguinte votação: -----

Favor: 22 votos a favor, sendo: 14 votos do Grupo do PS, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Grupo Municipal do PAN, 1 voto do Grupo Municipal Nós Cidadãos e 4 votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Abstenção: 9 abstenções, sendo: 6 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU, 1 abstenção do Grupo Municipal do BE e 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA. ----- Seguidamente colocou à discussão o ponto 1.7 - Plano Municipal de Juventude de Valongo: aprovação. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Ana Cláudia Silva Almeida**, fez a seguinte intervenção: -----

O Plano Municipal da Juventude de Valongo é um documento estratégico, inclusivo e abrangente, de fácil leitura e consulta, elaborado pela Dypall, por iniciativa do executivo municipal, que tem vindo a dar passos na implementação de políticas para a juventude, como foi exemplo a Carta Concelhia da Juventude finalizada em janeiro de 2016 - um documento que, ainda que menos abrangente - já procurava a identificação das linhas estratégicas de ação, de entidades com relevância para a definição de políticas públicas e a identificação e mapeamento de equipamentos com potencial para uso juvenil. -----

Este Plano Municipal, desenvolvido em sintonia com as orientações e estratégias nacionais e europeias para a juventude, e com um horizonte temporal de 10 anos (2024-2034), foi elaborado ao longo de quase um ano num processo participativo democrático financiado, parcialmente, por fundos comunitários. -----

No processo participaram mais de 1000 jovens, de diversas origens e condições sócio-económicas, mais de 100 técnicos capacitados em matérias de juventude, os partidos políticos e as juventudes partidárias. -----

Este processo, que envolveu os vários intervenientes na vida da juventude concelhia, permitiu discutir e debater as diferentes questões enunciadas por cada um dos grupos envolvidos e, assim, fazer uma caracterização da população jovem do concelho e verter uma leitura mais realista e transversal das suas necessidades e preocupações. -----

Através desta metodologia de processo participativo e pela criação de grupos de trabalho dinâmicos e abrangentes, procurou-se perceber e definir quais eram, efetivamente, as reais preocupações dos jovens das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

várias faixas etárias, géneros e condições sócio-económicas, valorizando a sua participação ativa na definição de um Plano para o qual eles - os jovens - são o público-alvo. -----

Deste intenso envolvimento e debate, resultou: a definição das 7 Áreas Estratégicas e Prioritárias que os jovens pretendem ver trabalhadas - Educação e Formação, Emprego e Empreendedorismo, Cidadania e Participação, Emancipação e Habitação, Estilos de Vida Saudável, Sustentabilidade e Mobilidade, Cultura e Lazer; identificaram-se eixos estratégicos e respetivos objetivos para cada uma destas; e definiram-se dimensões transversais a todas as áreas - criatividade e diálogo inter-geracional, cooperação, informação e comunicação. -- Assim, ficou definida a estratégia e metodologia que pretende dar resposta às preocupações dos jovens e promover a inclusão, a cidadania ativa e participação cívica, a educação e formação, o bem-estar físico e mental e a realização pessoal, contribuindo de uma forma efetiva, para que os jovens do município consigam concretizar o seu potencial. -----

Da síntese de todo este processo resultou a elaboração do documento - o Plano Municipal da Juventude de Valongo - que teve o parecer unânime do Conselho Municipal da Juventude. -----

Para garantir a constante adaptação à realidade contemporânea e a sua eficácia, serão elaborados planos de ação, a cada dois anos, de acordo com as atividades propostas pelos jovens e monitorizadas pelo Conselho Municipal da Juventude. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista congratula todos os intervenientes, pela colaboração ativa e pelo interesse e envolvimento neste processo democrático participativo que tem, como objetivo final, o empoderamento, a emancipação e a melhoria da qualidade de vida dos jovens do concelho de Valongo. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, fez a seguinte intervenção: -----

Trata-se de um plano que nos parece bem concebido e com objetivos ambiciosos e justos, nomeadamente quanto a aspetos, entre outros, como: -----

À necessidade de promover o associativismo juvenil e dotá-lo de recursos; -----

À promoção da melhoria das condições materiais das escolas e das condições de estudo dos jovens valonguenses; -----

À promoção da integração cultural considerando a diversidade crescente de culturas no tecido escolar; -----

À promoção da cidadania, da participação cidadã e do pensamento crítico; -----

À promoção de respostas às necessidades habitacionais dos jovens; -----

À promoção da prática desportiva e a modos de vida mais saudáveis; -----

À promoção das práticas culturais e artísticas. -----

Aprovaremos o PMJ com a garantia de que cá estaremos para avaliar se estes objetivos não passam de mais um plano de intenções ou se encontram materialização na atividade quotidiana da câmara. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rui Alexandre Sévola Abreu**, disse que independentemente da área para a qual é definido a existência de um Plano Municipal é de extrema importância para qualquer município, indicar o rumo, neste caso na área da juventude. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A participação dos partidos políticos e outros intervenientes, como as associações de estudantes foi fundamental para garantir uma abordagem mais abrangente e eficaz nas políticas voltadas para os jovens, entre outras vantagens traz a diversidade de perspetivas, representatividade, legitimidade, colaboração, implementação das políticas, inovação, além de fomentar a cidadania ativa e aumentar a visibilidade, os problemas que afetam os jovens, benefícios com uma importância de abordagem colaborativa integrada nas políticas públicas voltadas para a juventude, assegurando que as necessidades e aspirações dos jovens sejam atendidas de forma eficaz e inclusiva. -----

O Plano Municipal de Juventude de Valongo apresenta uma série de vantagens significativas para o município com potenciais impactos positivos nas várias áreas da vida comunitária, como a promoção da inclusão e participação ativa, desenvolvimento de competências, promoção da saúde e bem-estar, sustentabilidade, mobilidade, entre outras. -----

O Plano Municipal de Juventude representa uma ferramenta estratégica que não só busca atender as necessidades dos jovens, mas, também, se posiciona como catalisador sustentável para o município como um todo ao investir na juventude. -----

Valongo está a investir no futuro promovendo uma sociedade mais justa e capaz e conectada, o plano está traçado, cabe agora à Câmara implementá-lo. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 1.7 - Plano Municipal de Juventude de Valongo: aprovação, tendo sido **aprovado por unanimidade**. -----

Colocou de seguida à votação a aprovação as minutas dos pontos 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7, sendo aprovado por **unanimidade**, dando de seguida por encerrada a reunião. -----

O Presidente: _____